



XII COLOQUIO NACIONAL E V COLOQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

MEMÓRIA E LINGUAGEM: ANUÊNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Tatiane Malheiros Alves¹
Gilneide de Oliveira Padre Lima²
Lívia Diana Rocha Magalhães³

INTRODUÇÃO

O período marcado pelo regime político civil e militar no Brasil utiliza de diversos elementos culturais como artifício de divulgação e legitimação da política nacionalista. A linguagem foi um dos recursos mais utilizados e de grande eficácia tanto de afirmação como de resistência às determinações autoritárias.

Neste estudo buscamos situar a linguagem que comparece nos textos e documentos escolares como forma de manipulação discursiva para a construção de uma memória aparentemente neutra, mas enaltecida do Estado-nação ao tempo que também buscaremos situar a linguagem de denúncia e resistência adotada pelos movimentos estudantis, por meio dos relatos de estudantes da Universidade Católica de Salvador-Ba – Ucsal. Nosso objetivo é trazer à baila que numa mesma realidade, convivem dialeticamente uma forte doutrina ideológica e de manipulação de memória por meio da linguagem. Mas também há uma recorrência da linguagem de denúncia, de resistência, de oposição e contestação ao regime que não pode deixar de ser mencionada.

1 Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Discente do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da Uesb (Doutorado). Bolsista: Capes. Endereço eletrônico: tatymalheiros@hotmail.com

2 Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atualmente é professora aposentada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Endereço eletrônico: gilneidepadre@hotmail.com

3 Doutora em Educação pela UNICAMP com Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ, Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenadora Geral do Museu Pedagógico/Uesb. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB. Endereço eletrônico: lrochamagalhaes@gmail.com (orientadora).



Integramos duas pesquisas em andamento⁴, uma sobre o regime ditatorial civil-militar, que comparece nos materiais e discursos da Escola Getúlio Vargas, no município de Guanambi-Ba, a outra que trata de estudantes, que atuaram no movimento estudantil particularmente no Diretório Acadêmico do Curso de Direito da UCSAL e como membros da célula do PCdoB nessa mesma Universidade.

Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, por um lado, a escola, principalmente de primeiro e segundo graus, como foram denominadas pela Lei Ditatorial 5692-71, cristaliza um discurso tecnocrático, cívico e moral civilizatório. Por sua vez, a mobilização popular estudantil que ganharia impulso entre o final da década de 1950 e início de 1960 é freada pelo Golpe de 1964, mas volta a comparecer depois da Constituição de 1967 que apresentava alguns elementos democráticos e ofereciam aos movimentos de resistência alguma margem de atuação.

METODOLOGIA

Para evidenciar a presença de construções linguístico-ideológicas na educação, particularmente, na escola, estamos analisando os documentos escolares que compõem o acervo da Escola Getúlio Vargas, inaugurada na década de 1930 e em atividade até os dias atuais. A instituição exerce um papel fundamental na formação educacional da Região do Alto Sertão Baiano, principalmente por ter sido um espaço de manifestação das várias políticas e culturas nacionalistas que se estenderam ao longo de todos esses anos. Nesse texto, apresentamos os resultados parciais da análise de registros escritos e narrativas de ex-docentes da instituição. E para situar como a linguagem também comparece na articulação de resistência e contestação ao regime, recorreremos a uma das entrevistas que foi gravada e, posteriormente, transcrita cujo depoimento coletamos junto a um dos estudantes que vivenciou o período da ditadura civil-militar brasileira como líder do Diretório Acadêmico da sua Universidade e membro de um partido de esquerda, sendo por duas vezes preso pela repressão e obrigado a viver anos na clandestinidade.

Recorreremos à noção de memória com base na formulação de Maurice Halbwachs (2004), como quadro central para a transmissão da memória, discutimos como a

4 Títulos das pesquisas: “O uso político da linguagem: memória social na construção do nacionalismo e do civismo durante os processos autoritários no Brasil” e “Dinaelza Coqueiro: memória e trajetória de uma estudante desaparecida durante a ditadura civil-militar no Brasil”, ambas orientadas pela Prof^ª Dr^ª Livia Diana Rocha Magalhães.



linguagem se torna um privilegiado instrumento a favor ou contra o regime ditatorial, em sua dialética concreta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos materiais coletados na Escola Getúlio Vargas, observamos um afinamento das práticas pedagógicas à exaltação de símbolos nacionais e consubstancialmente de sentimentos de nacionalidade, ou seja, de que maneira os símbolos são utilizados como um recurso de constituição e representação de um forte sentimento patriótico e cívico. Dentre os documentos escritos e arquivados na Escola Getúlio Vargas, selecionamos para análise o Inventário Escolar redigido em 16 de março de 1955, pela Diretora da época, e a entrevista que realizamos com uma das professoras do mesmo período. A diretora discrimina os materiais constantes na escola com minúcias e elenca, entre tantos outros objetos, desde os alfinetes até elementos de uso doméstico, passando pelas bandeiras e porta-bandeiras que fazem parte do acervo da escola. Uma das professoras, que atuava no período, relata e reitera a significação desses instrumentos nacionalistas no cotidiano pedagógico:

Toda escola era assim, toda escola tinha obrigação do ensino de Moral e Cívica, desde criança a gente aprendia a levantar cedinho, cedinho pra hastear a bandeira do Brasil às 6 horas da manhã e arrear às 6 horas da tarde. Todo mundo cantando, todo mundo de farda, era com fardamento, não ia para a escola sem farda, desde quando eu estudava até quando fui professora, o processo era o mesmo... era muito rígido. A gente sabia cantar o Hino Nacional, o Hino da Bandeira, o Hino da Bandeira, Hino a 21 de abril, o Hino da Independência, o Hino de Santos Dumont... a gente sabia tudo, cantava tudo (N.A.B, 2016).

Na mesma perspectiva dialógica, o inventário registrado em março de 1955, bem como outro inventário datado em novembro de 1975 comprovam que esse sentimento relatado pela professora corroborava com as políticas educacionais de exaltação da pátria que guarnecia as escolas com materiais de apoio pedagógico a fim de subsidiar os discursos nacionalistas.

Por sua vez, os estudantes nas grandes cidades do país, particularmente em Salvador, continuavam a contestar o Regime revelando um sentimento de profunda



insatisfação com a condução do destino político e social do Brasil. Sentimento que colocou o Movimento Estudantil na vanguarda dos principais acontecimentos políticos e sociais do país.

Tirando proveito da aparente trégua promovida pelo governo militar, os movimentos de combate ao Regime Autoritário vão às ruas: manifestações, passeatas, comícios, panfletagens, encenações artísticas voltam aos poucos a compor o dia-a-dia dos movimentos de resistência nas grandes cidades, inclusive em Salvador-BA. O militante entrevistado revela como se davam as ações de resistência:

Nós participávamos ativamente de todas as manifestações de estudantes contra a reforma do ensino, contra os acordos MEC-USAID, e participávamos de todos os movimentos sociais que existiam na época por meio da célula do PC do B da Universidade Católica. [...] Fazíamos festas, bingos para angariar fundos para a causa maior que era exatamente a luta contra a ditadura. E precisava realmente a gente conseguir recursos para alugar um aparelho, para alugar os locais para fazer as reuniões (L.C.T, 2017).

A trégua, entretanto, era apenas aparente, a violência policial não cessou. O Regime prosseguiu com forte repressão às manifestações de rua, com intensa campanha de buscas e detenções nos principais estados. Mas foi em 13 de dezembro de 1968 que o governo expressou com toda força o seu autoritarismo baixando o Ato Institucional de nº 5, AI-5, um dos mais brutais instrumentos legislativos editados pelo poder repressor. Apesar da repressão crescente, os movimentos de resistência procuram reorientar as suas estratégias de enfrentamento buscando driblar as arbitrariedades.

Assim, podemos dizer que há memórias sociais e coletivas em pugna, mediante a articulação entre efeitos de sentido construídos por discursos nacionalistas que se manifestavam por meio de símbolos e signos linguísticos em consonância com os interesses do regime e, na contramão desse processo, como revela a narrativa do ex-estudante, do Movimento Estudantil, aponta que há outras linguagens utilizadas pela resistência cujas expressões compareciam, principalmente, em pichações e panfletagens ocorridas durante as madrugadas, além de apresentarem aspectos de denúncia e oposição ao regime político.

Nessa perspectiva, ficava de algum modo evidenciado que numa mesma realidade, convivendo em suas discrepâncias, ocorria a sintonia entre linguagem e aspectos políticos ideológicos no período pesquisado que nutrem a memória coletiva, vivida individualmente e socialmente, pois “jamais estamos sós, por que sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”. (HALBWACHS, 2009, p. 30).



CONCLUSÕES

O relato da professora confirma os efeitos de memória que continuam dando vigência ao pensamento pedagógico e social da escola nos dias atuais. Por meio dessas relações discursivas do passado com o presente, pode-se afirmar que as intenções governamentais acerca da doutrinação escolar brasileira vão se revelando nos papéis e refletindo nas memórias dos indivíduos em sua coletividade.

As memórias dos sujeitos pesquisados, sejam aqueles que se conformaram aos moldes do regime militar ou aqueles que resistiram, manifestaram-se na linguagem e sinalizaram ser as construções linguístico-discursivas um dos elementos fundamentais nesse cenário político. Ademais, a divergência e o contraste dos discursos apontam que cada um constrói as percepções sobre o mesmo fato de maneira particular, a depender da sua situação e localização em um ou mais grupos de referências social e coletiva. (HALBWACHS, 2009).

Palavras-chave: Anuência. Ditadura civil-militar. Linguagem. Memória. Resistência.

REFERÊNCIAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2009.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas, Anthropos Editorial, 2004.